

Trabalho: O Impacto da Colonização e Escravidão na Estrutura Brasileira e Sua Contribuição à Globalização Cultural: um Estudo de Campo com Base na Obra Torto Arado**Nome:** Amanda Beatriz Peronti Sasso**Grupo de trabalho:** CIÊNCIAS HUMANAS/CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Introdução: O projeto analisa como a formação econômica e social do Brasil foi estruturada pela exploração colonial e pela escravidão, que sustentou os ciclos produtivos desde o período colonial. Mesmo após a abolição, a ausência de políticas de integração da população negra gerou desigualdades e exclusões que persistem até hoje. Nesse contexto, a obra *Torto Arado*, de Itamar Vieira Junior, é apresentada como uma narrativa que evidencia os efeitos históricos da escravidão, do racismo estrutural e da concentração de terras na sociedade brasileira contemporânea. De forma geral, compreender a estrutura social brasileira e como *Torto Arado* evidencia relações de poder ligadas à raça, gênero e classe, marcadas pela herança da colonização. Já como objetivos específicos, analisar as relações sociais no Brasil, interpretar como a obra expõe marcas históricas da escravidão e investigar o papel da globalização cultural na difusão e reflexão sobre esses temas, contribuindo para debates sobre a descolonização da sociedade contemporânea.

Métodos: A pesquisa possui abordagem qualitativa e interpretativa, utilizando como estudo de caso a obra *Torto Arado*. A metodologia envolve a análise textual do romance, buscando identificar temas ligados à colonialidade, raça, classe e gênero. Além disso, será realizada uma análise documental da recepção da obra, por meio de resenhas, artigos acadêmicos e produções críticas. Os materiais coletados serão organizados em categorias temáticas e interpretados à luz de referenciais teóricos sobre escravidão, colonialidade e formação social brasileira.

Resultados: A pesquisa indica que a colonialidade permanece nas relações sociais brasileiras, refletindo-se em desigualdades raciais, sociais e econômicas. A obra *Torto Arado* evidencia essas permanências históricas e contribui para a formação de uma consciência social crítica sobre racismo estrutural e injustiça social, estimulando debates sobre memória, identidade e direitos.

Conclusão: Conclui-se que estruturas coloniais ainda influenciam a sociedade brasileira contemporânea. Nesse contexto, a literatura atua como instrumento de reflexão crítica, possibilitando a ressignificação da memória coletiva e incentivando o engajamento social na luta contra desigualdades e formas persistentes de colonialidade. A obra *Torto Arado* demonstra como narrativas literárias podem evidenciar experiências históricas de exclusão e dar visibilidade a grupos marginalizados, contribuindo para a construção de uma consciência social mais crítica. Dessa forma, o romance conecta passado e presente, revelando que as marcas da escravidão e da concentração de poder ainda moldam relações sociais, culturais e econômicas no Brasil. A literatura também se torna um espaço de resistência simbólica e de valorização das memórias e saberes ancestrais, abrindo caminhos para novas formas de interpretação da história e para debates sobre justiça social, identidade e transformação coletiva.

Curso: Relações Internacionais**Demais autores:****Orientadores:** Daniela Marques Medeiros**Instituição:** FECAP**Subtema:** CIÊNCIAS HUMANAS/CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**Palavras-chave:** Literatura brasileira; Colonização; Escravidão; Relações de poder; Estrutura;**Orgão Financiador:** FECAP

Trabalho: A Proteção dos Direitos Humanos na Recepção e Integração de Refugiados do Oriente Médio: Um Estudo Sobre a Turquia e Líbano (2011-2024)**Nome:** Beatriz De Araujo Souza**Grupo de trabalho:** CIÊNCIAS HUMANAS/CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Introdução: Durante o período das Grandes Guerras, a questão dos refugiados que foram forçados a se deslocarem devido aos conflitos armados começa a surgir. Em 1945, a ONU é criada e em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos surge, formalizando os direitos humanos fundamentais dos indivíduos e criando uma ferramenta jurídica dentro do sistema internacional. Nesse mesmo período, em 1949, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) é criada. Em 1951, os países se reúnem para a criação da Convenção de Refugiados que define oficialmente quem é enquadrado como pessoa refugiada. O artigo 1º explica que os refugiados são aqueles que fogem de seu país natal ou de moradia devido a perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade ou por questões políticas. Em 2024, as Nações Unidas identificou 122,6 milhões de pessoas em todo o planeta que foram forçadas a se deslocarem de suas casas por motivos de perseguições, guerras, violência ou por terem seus direitos humanos violados em seu país natal. Dentro desse número, segundo o ACNUR, cerca de 16.5 milhões de pessoas precisam de assistência e proteção humanitária apenas na Síria. A crise dos refugiados sírios é a maior desde a Segunda Guerra Mundial, já que a guerra civil da Síria forçou milhares de pessoas a saírem de seus lares e buscarem assistência em outros países. Além disso, é um caso que se tornou motivo de países como Líbano e Turquia a investirem em ajuda humanitária para a recepção dessas pessoas já que hoje são os países com mais refugiados sírios no mundo. A pesquisa pretende contribuir para o debate sobre a efetividade da proteção internacional dos refugiados, destacando os desafios enfrentados pelos Estados receptores e pelas populações deslocadas em situações de vulnerabilidade prolongada. O objetivo geral é analisar de que forma os direitos humanos têm sido aplicados na recepção e reintegração de refugiados oriundos dos conflitos armados no Oriente Médio, com foco nos casos da Turquia e do Líbano, no período de 2011 a 2024.

Métodos: A metodologia usada para essa pesquisa é uma abordagem qualitativa e descritiva a partir de uma pesquisa documental e bibliográfica. Será realizado através de levantamento bibliográfico, análise documental e análise crítica e categorial dos dados. Basicamente, uso de livros, artigos e publicações acadêmicas, em conjunto a documentos produzidos por organizações como ACNUR e Human Rights Watch para a interpretação crítica dos dados.

Resultados: A recepção dos refugiados e a sua reintegração depende de diversos fatores. Entre eles, questões históricas e culturais, políticas e econômicas.

Conclusão: Movimentos populares ou campanhas políticas contra a entrada de refugiados no país dificulta o trabalho de organizações como o ACNUR. Sem o apoio da comunidade anfitriã, os refugiados terão dificuldades na integração social, podendo até gerar um movimento de retorno ao país natal, mesmo que ainda seja inseguro.

Curso: Relações Internacionais**Demais autores:****Orientadores:** Rafael de Souza Nascimento Miranda**Instituição:** Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado**Subtema:** CIÊNCIAS HUMANAS/CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**Palavras-chave:** Refugiados;Direitos Humanos;Oriente Médio;Turquia;Líbano**Orgão Financiador:** CNPq

Trabalho: Práticas Escolares no Ensino Secundário e Mobilização Juvenil: A Juventude Brasileira no Estado Novo (1937-1945)

Nome: Beatriz Guerra Santos

Grupo de trabalho: CIÊNCIAS HUMANAS/CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Introdução: Este trabalho apresenta resultados parciais da pesquisa vinculada ao projeto APQ-02318-23, dedicado ao estudo comparado das práticas escolares no Ensino Secundário em Portugal e no Brasil ao longo do século XX. No âmbito das investigações relativas ao contexto brasileiro, a análise das práticas e formas de sociabilidade juvenil evidenciou a centralidade assumida, durante o Estado Novo, pela instituição Juventude Brasileira, criada pelo Decreto-Lei nº 2.072, de 8 de março de 1940. Vinculada diretamente às escolas públicas e privadas, essa organização foi concebida como instrumento de formação cívica, moral e física da infância e juventude, operando como mecanismo de difusão do nacionalismo varguista no cotidiano escolar.

Métodos: A proposta original, elaborada por Francisco Campos sob o nome "Organização Nacional da Juventude", inspirava-se em modelos de caráter cívico-disciplinar identificados pela historiografia como de orientação paramilitar, sendo posteriormente vetada por Getúlio Vargas devido ao custo elevado e ao forte viés militarizado. A reformulação conduzida por Gustavo Capanema, por meio do Decreto-Lei Nº 2.072, de 8 de março de 1940, incorporou a Juventude Brasileira à estrutura escolar existente, estratégia que expandiu o alcance da política estatal e permitiu seu enraizamento nas rotinas escolares sem a criação de uma nova rede administrativa. As análises bibliográficas e documentais realizadas até o momento, em convergência com as metas do projeto relacionadas às práticas escolares, indicam que a Juventude Brasileira se consolidou como eixo estruturante das iniciativas de formação cívica no período, atuando tanto na organização de atividades semanais quanto na promoção de eventos de grande visibilidade pública.

Resultados: Entre essas práticas, destacam-se as festas e celebrações cívicas, que emergem como dispositivos privilegiados de mobilização juvenil e de integração entre escola, família e comunidade. Sua recorrência e ritualização revelam o alcance simbólico e pedagógico dessas ações na conformação de uma identidade patriótica alinhada ao ideário do regime.

Conclusão: Os resultados parciais aqui apresentados contribuem para compreender como determinadas práticas escolares, especialmente as de caráter cívico e disciplinador, participaram dos processos de construção do Ensino Secundário brasileiro no século XX, permitindo avançar nas análises comparativas previstas no projeto.

Curso: Psicologia

Demais autores:

Orientadores: Giseli Cristina do Vale Gatti

Instituição: UNIUBE - Uberlândia

Subtema: CIÊNCIAS HUMANAS/CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Palavras-chave: Juventude Brasileira; Ensino Secundário; Nacionalismo

Orgão Financiador: FAPEMIG

Trabalho: A Educação como direito social na perspectiva da educação popular e a sua efetividade no âmbito da Educação Básica no Brasil

Nome: Cristiele Fonseca Dias

Grupo de trabalho: CIÊNCIAS HUMANAS/CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Introdução: A pesquisa investigou a Educação como direito social na perspectiva da educação popular e a sua efetividade no âmbito da Educação Básica no Brasil, compreendendo-a como um dos pilares fundamentais do Estado Democrático de Direito. Após esta compreensão, interessou ao estudo compreender a atuação do Poder Público na tutela do direito à Educação Básica no Brasil, observando a maior ou menor efetivação dessa tutela, considerando as problemáticas que o tema enseja. Compreender o direito à Educação Básica como um direito fundamental e a contribuição da Rede Cooperativa de Ensino, Pesquisa e Extensão nas Escolas de Educação Básica (RECEPE) para sua efetivação na cidade de Uberlândia, analisando a educação como direito social na perspectiva da educação popular e os obstáculos à sua efetividade.

Métodos: Como base metodológica a pesquisa foi qualitativa de cunho exploratório, realizando-se pesquisa bibliográfica em diferentes plataformas, como a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), o repositório de pesquisa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a Scientific Electronic Library Online (SciELO), elegendo-se como descritores direito social, direito social à educação, educação básica e eficácia do direito à educação. Realizou-se, ainda, pesquisa documental, cujo corpus se constituiu em legislação constitucional e infraconstitucional, com destaque para os seguintes documentos jurídicos: Constituição da República Federativa do Brasil, Lei nº 9.394/1996, Lei nº 11.738 e Lei nº 13.005/2014.

Resultados: O desenvolvimento do plano de trabalho permitiu compreender que a Educação deve ser considerada a chave e o meio para a resolução de problemas e transformações sociais, pois o rompimento do véu da ignorância e a aproximação com o real saber permite pensar a educação para além da reprodução e memorização de conteúdo, podendo se constituir mesmo em uma educação libertadora na perspectiva desenvolvida pela educação popular. Parte dessa compreensão ocorreu por conta de encontros e congressos em que se realizou comunicação oral apresentando e discutindo com outros pares o tema pesquisado.

Conclusão: O estudo desenvolvido permitiu o acesso a uma ancoragem teórica na perspectiva da educação popular, perspectiva ainda pouco valorizada no âmbito acadêmico. Este movimento permitiu compreender que a educação ocorre não só os espaços formais de ensinar-e-aprender, mas em todos os espaços que constituem a realidade dos sujeitos envolvidos, como deve ser compreendido pela condição de um educador comprometido com comunidades populares. A pesquisa ainda permitiu à pesquisadora iniciante desenvolver uma reflexão mais crítica e mais sólida sobre o Direito à Educação no Brasil contemporâneo, de modo que os interesses de formação acadêmica da orientanda foram atendidos e fortaleceu o incentivo a uma inserção futura na docência universitária.

Curso: Direito

Demais autores:

Orientadores: Adelino José Carvalho Dias

Instituição: Uniube

Subtema: CIÊNCIAS HUMANAS/CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Palavras-chave: Direito social;Direito social à educação;Educação básica e eficácia do direito à educação

Orgão Financiador: Uniube

Trabalho: Discurso de Ódio e Liberdade de Expressão nas Redes Sociais: Desafios Jurídicos na Proteção dos Direitos Humanos

Nome: Emmanuel Rocha Marques Silva

Grupo de trabalho: CIÊNCIAS HUMANAS/CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Introdução: A expansão das redes sociais transformou profundamente os modos de comunicação e participação pública, criando novas possibilidades de expressão, mas também ampliando a circulação de discursos de ódio. Surge, então, um dos dilemas centrais das democracias contemporâneas: a conciliação entre a liberdade de expressão e a proteção da dignidade de indivíduos e grupos vulnerabilizados. O debate se torna ainda mais complexo diante da arquitetura algorítmica das plataformas digitais, que tende a amplificar conteúdos polarizados e emocionalmente intensos e a pesquisa se insere nesse cenário. Analisar os desafios jurídicos na delimitação entre liberdade de expressão e discurso de ódio nas redes sociais, à luz dos direitos humanos, investigando de que forma o ordenamento jurídico brasileiro e os parâmetros internacionais têm enfrentado essa tensão.

Métodos: A pesquisa possui abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo. Os procedimentos metodológicos incluem revisão bibliográfica interdisciplinar nas áreas do Direito, Filosofia e Ciências Sociais; análise documental de normas constitucionais e infraconstitucionais brasileiras relacionadas à liberdade de expressão e à proteção contra discriminação no ambiente digital; exame de tratados internacionais de direitos humanos; e levantamento preliminar de decisões judiciais relevantes em tribunais brasileiros e em instâncias internacionais. O estudo também incorpora reflexões teóricas sobre discurso, poder e reconhecimento social, bem como contribuições recentes da literatura sobre comportamento e comunicação em ambientes digitais.

Resultados: Os resultados obtidos até o momento são preliminares e indicam que o debate jurídico contemporâneo sobre discurso de ódio não pode ser compreendido apenas a partir de categorias normativas tradicionais. Observa-se que a dinâmica das plataformas digitais altera as condições de circulação dos discursos, intensificando conflitos entre liberdade de expressão, proteção da dignidade e participação democrática. As análises iniciais sugerem que o ordenamento jurídico brasileiro possui instrumentos relevantes para enfrentar manifestações discriminatórias, porém persistem desafios interpretativos e lacunas na aplicação dessas normas ao ambiente digital. A pesquisa também aponta a necessidade de abordagens interdisciplinares que articulem fundamentos filosóficos, análise jurídica e compreensão das dinâmicas comunicacionais das redes sociais.

Conclusão: Conclui-se que o fenômeno do discurso de ódio nas redes sociais representa um problema complexo que exige respostas jurídicas cuidadosas, capazes de equilibrar a proteção dos direitos fundamentais com a preservação das liberdades democráticas. A continuidade da pesquisa buscará aprofundar a análise jurisprudencial e contribuir para a reflexão acadêmica sobre os limites e possibilidades da regulação jurídica do discurso no ambiente digital.

Curso: Direito

Demais autores: do Carmo, Letícia Gabriella Alves

Orientadores: Adriana Marques Aidar

Instituição: Universidade de Uberaba - Uberaba

Subtema: CIÊNCIAS HUMANAS/CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Palavras-chave: Direitos humanos; Redes sociais; Discurso de ódio; Liberdade de expressão

Trabalho: DO PROGRESSO À RUÍNA: Uma Leitura dos Ciclos de Poder na História
Nome: Enzo Milani Penteadó

Grupo de trabalho: CIÊNCIAS HUMANAS/CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Introdução: O proposto trabalho tem como objetivo fornecer uma crítica ao modelo positivista de análise da história como um "laboratório" empírico e se propõe a identificar dinâmicas estruturais que se refletem nos padrões culturais, econômicos e filosóficos que precedem ascensão e queda de grandes Impérios (Estados). A ideia de análise e estabelecimento de padrões ou leis gerais na história está situada em oposição ao positivismo empírico, já que (seguindo a argumentação de David Hume) é impossível estabelecer relações de causa e efeito, já que estas só estão presentes na mente do indivíduo. Abstendo-se de buscar a essência dos fenômenos (conforme o faz a metafísica), a análise positivista da história limita-se apenas em observar, descrever e prever certos fenômenos com a ajuda de leis estritamente empíricas que se tornam instrumentos de análise (FRIEDMAN, 1999). Esse modelo acaba por gerar uma limitação na análise, pois ao se abster de fatores não empiricamente verificáveis ou falseáveis, perde-se variáveis de grande importância. A presença de ciclos, por exemplo, não pode ser testada empiricamente dada a impossibilidade de repetir fenômenos históricos. Além disso, há também outras variáveis intangíveis como valores morais/espirituais, cultura e outros. O trabalho se foca em evidenciar que os fenômenos históricos não se reduzem a eventos isolados, mas tem como resultado as interações entrelaçadas entre cultura, metafísica, economia e seus contextos histórico-geográficos.

Métodos: Dessa maneira o debate se propõe a mostrar que a interdisciplinaridade permite identificar irregularidades, regularidades, rupturas e permanências que se levam ao longo de toda a história, seja na era moderna ou antiguidade.

Resultados: Partindo desta ideia o trabalho importa em seu núcleo os escritos de Eric Voegelin; Oswald Spengler/ Arnold Toynbee; Tomás de Aquino; John Glubb; Brooks Adams. Apesar de se voltarem para aspectos diferentes deste mesmo debate e discordarem em certos detalhes dos ciclos históricos, o trabalho argumenta que os trabalhos dos autores se conectam, e que quando bem analisados seus argumentos, todos podem convergir em direção à uma teoria mais concisa de ciclos históricos entre os Estados.

Conclusão: Feita a análise dos padrões mencionados, o trabalho se propõe a analisar a possibilidade da criação de leis gerais à compreensão da realidade e história das Relações Internacionais.

Curso: Relações Internacionais

Demais autores:
Orientadores: Daniela Medeiros

Instituição: FECAP

Subtema: CIÊNCIAS HUMANAS/CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Palavras-chave: História Comparada; Impérios; Leis Gerais; Transição Hegemônica; Política de Poder

Trabalho: A Mente Autoritária: um Estudo Cognitivo sobre a Influência de Líderes Autoritários na Era da Inovação
Nome: Fernanda Lima De Andrade

Grupo de trabalho: CIÊNCIAS HUMANAS/CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Introdução: O crescimento de lideranças autoritárias no século XXI levanta questionamentos sobre os mecanismos que permitem sua ascensão e permanência no poder, mesmo em contextos de democracias consolidadas. Nesse cenário, compreender os fatores cognitivos e psicológicos que influenciam tanto o comportamento dessas lideranças quanto o apoio social que recebem torna-se essencial para a análise das dinâmicas políticas contemporâneas. O objetivo deste estudo é analisar os traços predominantes em lideranças contemporâneas e como esses traços contribuem para sua ascensão ao poder, examinando os processos cognitivos que levam as massas a apoiarem essas lideranças, mesmo em um contexto de constante avanço tecnológico e social, investigando os aspectos cognitivos que facilitam a ascensão e manutenção de líderes autoritários no século XXI, identificando o impacto da ascensão de líderes autoritários nas relações internacionais, explorando como esses fatores influenciam o comportamento das massas e afetam as relações internacionais, e, por fim, avaliando como fatores econômicos e sociais contribuem para a suscetibilidade das massas a representantes tiranos.

Métodos: A pesquisa adota abordagem qualitativa, fundamentada no método hipotético dedutivo, com base em revisão bibliográfica e análise comparativa de lideranças contemporâneas. O estudo examina casos como Donald Trump e Jair Bolsonaro, à direita, e Nicolás Maduro e Luiz Inácio Lula da Silva, à esquerda, buscando identificar padrões psicológicos e estratégias discursivas presentes em diferentes contextos.

Resultados: Os resultados do trabalho, evidenciaram que emoções, política doméstica e relações internacionais estão profundamente interligadas. As identidades políticas e as formas de exercício de poder refletem não apenas estruturas institucionais formais, mas também sentimentos coletivos e inseguranças das lideranças no poder. Assim, a fragilidade democrática em âmbito nacional tende a produzir repercussões mais amplas, afetando padrões de cooperação, confiança e estabilidade na ordem internacional. Dessa forma, a identificação de sinais autoritários antes da consolidação de lideranças no poder apontou a um aspecto central para a preservação democrática. A análise também indica que, lideranças com inclinações autoritárias frequentemente apresentam indícios prévios de seu comportamento, que nem sempre são reconhecidos ou levados a sério.

Conclusão: Conclui-se que o apoio a lideranças autoritárias não pode ser explicado apenas por fatores institucionais ou econômicos, sendo necessário considerar também processos psíquicos que influenciam a forma como indivíduos e grupos interpretam a realidade política. A compreensão dessas dinâmicas contribui para ampliar o debate sobre a fragilidade das democracias contemporâneas e sobre os desafios impostos pelo crescimento do autoritarismo global.

Curso: Relações Internacionais

Demais autores:
Orientadores: Daniela Medeiros

Instituição: Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado - FECAP

Subtema: CIÊNCIAS HUMANAS/CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Palavras-chave: Autoritarismo; Cognição; Massas; Populismo; Polarização

Trabalho: Gamificação na Sala de Aula: o Uso do Kahoot como Estratégia de Engajamento e Avaliação**Nome:** Geovanne Bruno dos Santos Souza**Grupo de trabalho:** CIÊNCIAS HUMANAS/CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Introdução: A presença crescente das tecnologias digitais na educação tem provocado mudanças significativas nas práticas pedagógicas e nas formas de construção do conhecimento. Nesse contexto, professores são desafiados a desenvolver competências digitais que permitam integrar recursos tecnológicos às metodologias de ensino de maneira crítica e planejada. A sociedade contemporânea, marcada pela conectividade e pelo acesso constante à informação, exige que a escola dialogue com uma geração que aprende e interage de forma diferente das anteriores. O presente estudo tem como objetivo analisar o uso da plataforma Kahoot como ferramenta de apoio à prática docente, investigando seu potencial para promover o engajamento dos estudantes, reforçar conteúdos e contribuir para o processo de avaliação formativa no ensino superior.

Métodos: Este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa de natureza exploratória, baseada no relato de uma experiência didático-pedagógica. A atividade foi realizada em uma turma do curso de Psicologia, durante um seminário da disciplina de Neuropsicologia sobre epilepsia. Após a exposição teórica do conteúdo, foi aplicado um quiz no Kahoot com 10 perguntas objetivas relacionadas ao tema. Os estudantes participaram utilizando dispositivos móveis, enquanto as perguntas eram projetadas em sala. Como incentivo à participação, foi oferecida uma premiação simbólica (chocolates) aos três melhores colocados. A plataforma gerou automaticamente relatórios com dados de desempenho dos participantes.

Resultados: Os resultados indicaram média de 3.569,63 pontos entre os estudantes, com taxa de acertos de 42,92%. Apesar de moderado, o índice demonstra participação efetiva e compreensão parcial do conteúdo, evidenciando também a necessidade de reforço em alguns pontos. Observou-se forte engajamento durante a atividade, com entusiasmo, interação entre colegas e participação ativa. A dinâmica transformou o ambiente da sala de aula em um espaço mais leve, colaborativo e motivador, favorecendo tanto a revisão dos conteúdos quanto a experiência afetiva da aprendizagem.

Conclusão: Conclui-se que o Kahoot pode ser um recurso pedagógico relevante para estimular a aprendizagem significativa, o engajamento dos estudantes e a avaliação formativa. A experiência demonstrou que a gamificação, quando aplicada com planejamento e alinhada aos objetivos educacionais, pode integrar ludicidade e rigor acadêmico. Entretanto, seu potencial depende da mediação pedagógica do professor, da formação continuada e da intencionalidade no uso das tecnologias. Assim, ferramentas digitais como o Kahoot podem contribuir para práticas pedagógicas mais participativas e inovadoras, alinhadas às demandas da educação contemporânea.

Curso: Psicologia**Demais autores:****Orientadores:** Paula Santana Carvalho**Instituição:** Uniupe**Subtema:** CIÊNCIAS HUMANAS/CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**Palavras-chave:** Kahoot; Gamificação; Educação

Trabalho: Desenvolvimento de um Guia Prático e Ferramentas de Gestão Financeira para Micro e Pequenas Empresas (MPes) do Setor da Saúde**Nome:** Isabella Tizzo Resende**Grupo de trabalho:** CIÊNCIAS HUMANAS/CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Introdução: As Micro e Pequenas Empresas (MPes) do setor da saúde, como clínicas e consultórios, são fundamentais para a economia e o acesso a serviços de saúde no Brasil. No entanto, a sustentabilidade desses negócios é frequentemente ameaçada pela falta de conhecimento em gestão financeira por parte de seus gestores, em geral profissionais da área da saúde com forte formação técnica, porém com pouca ou nenhuma formação administrativa. Esta lacuna resulta em tomada de decisão ineficiente, dificuldades no planejamento financeiro e altas taxas de mortalidade empresarial. Diante deste desafio, o desenvolvimento de ferramentas de gestão acessíveis e adaptadas, focadas na realidade deste público, é essencial. O presente trabalho tem como objetivo desenvolver um guia de boas práticas em gestão financeira e um conjunto de ferramentas aplicáveis para MPes do setor da saúde.

Métodos: A metodologia para a construção deste material técnico é dividida em etapas rigorosas e sequenciais. A primeira fase consiste em uma Revisão Bibliográfica Sistemática (RBS), que visa identificar e sintetizar as melhores práticas de gestão financeira e os principais desafios enfrentados pelo público-alvo.

Resultados: Na sequência, com base nos dados da RBS, é realizada a estruturação do guia em capítulos lógicos, que abordam desde conceitos fundamentais, como plano de contas, até ferramentas avançadas, como análise de indicadores. A terceira etapa compreende o desenvolvimento de ferramentas práticas em planilhas eletrônicas (Excel), como modelos para fluxo de caixa, demonstração de resultados (DRE) e cálculo de ponto de equilíbrio, desenhadas para serem intuitivas e de fácil utilização. Essas ferramentas visam auxiliar os gestores no acompanhamento das entradas e saídas de recursos, no planejamento financeiro e no monitoramento do desempenho econômico do negócio. Por fim, o conteúdo do guia é redigido em linguagem clara e objetiva, com exemplos práticos voltados ao cotidiano de clínicas ou consultórios. Como resultado parcial, a RBS apontou as principais dores dos gestores e as ferramentas mais adequadas para o contexto. Espera-se que, até a data do seminário, sejam concluídos os seguintes produtos técnicos: (1) a versão completa do guia de boas práticas, contendo 5 capítulos e aproximadamente 50 páginas; e (2) um pacote com 5 a 7 ferramentas em planilhas prontas para uso, que permitirão a aplicação imediata dos conceitos aprendidos. Estes entregáveis constituirão um recurso de alto valor prático, projetado para ser o principal material de consulta para o gestor.

Conclusão: Conclui-se que a principal contribuição deste trabalho é a criação de um produto tangível e aplicável, que traduz a teoria financeira complexa em um formato acessível e diretamente útil para o dia a dia dos gestores da saúde. Espera-se que o uso deste guia e de suas ferramentas possa aumentar a eficiência operacional e a longevidade das MPes do setor, fortalecendo este importante segmento da economia.

Curso: Administração**Demais autores:** Rocha, Sarah Araújo; Rodrigues, Lucas Gabriel; Ribeiro, Evellyn França**Orientadores:** Eduardo Silva Gouvea**Instituição:** UNIBUE**Subtema:** CIÊNCIAS HUMANAS/CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**Palavras-chave:** Gestão Financeira; Ferramentas de Gestão; Micro e Pequenas Empresas; Setor da Saúde; Guia Prático

Trabalho: Direito a educação: compreensão da educação em rede e seus benefícios para a efetivação do Direito Social à Educação**Nome:** Julia Angel De Faria Borges**Grupo de trabalho:** CIÊNCIAS HUMANAS/CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Introdução: A pesquisa investigou a educação em rede e seus benefícios para a efetivação do Direito Social à Educação, considerando que o conceito de educação em rede é desconhecido por muitos e sua aplicabilidade ainda está em processo de difusão, ainda que tenha inegável relevância. Partiu-se do pressuposto de que a educação em rede não é um novo fenômeno, e que já ocorria anteriormente à sociedade do ciberespaço, sendo inerente ao método pedagógico freiriano da educação dialógica e libertadora, a qual estabelece o processo de aprendizagem como um sistema de troca de conhecimentos. Compreender o que é educação em rede, a fim de entender o conceito, a origem, as bases pedagógicas, estrutura e, em particular, a contribuição da Rede Cooperativa de Ensino, Pesquisa e Extensão nas Escolas de Educação Básica (RECEPE) como meio de efetivação do Direito Social à Educação na cidade.

Métodos: Como base metodológica a pesquisa foi qualitativa de cunho exploratório, realizando-se pesquisa bibliográfica em diferentes plataformas, como a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), o repositório de pesquisa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a Scientific Electronic Library Online (SciELO), elegendo-se como descritores direito social à educação, educação básica e educação em rede. Em relação à pesquisa documental, foram analisados documentos jurídicos, como a legislação educacional em geral, e documentos produzidos pela RECEPE desde a sua constituição.

Resultados: O desenvolvimento do plano de trabalho permitiu compreender que melhor a origem, o método e a atuação da educação em rede à luz da atuação da RECEPE no âmbito do Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação (PPGPE) da Universidade de Uberaba (UNIUBE) na cidade de Uberlândia, por meio de suas práticas formativas e encontros realizados em algumas unidades escolares. Este movimento permitiu conhecer a sua origem, formação e objetivos, mas, em especial, como atividades desenvolvidas por esta rede auxiliam na maior ou menor efetivação do Direito à Educação na cidade.

Conclusão: O estudo desenvolvido permitiu compreender a então denominada educação em sua perspectiva popular e desenvolvida em rede, condições cada vez mais importantes para o avanço das conquistas sociais no campo educacional. No âmbito da pesquisa realizada, entendemos que a educação construída sob os fundamentos da educação popular e constituída em rede contribuem para romper os limites físicos da sala de aula e a formação vertical comumente observada, especialmente quando apoiada no método pedagógico Freireano e sua perspectiva pedagógica libertadora e dialógica. Logo, a pesquisa investiu na compreensão da educação em rede como um importante meio de efetivação do Direito social à educação na cidade.

Curso: Direito**Demais autores:****Orientadores:** Adelino José Carvalho Dias**Instituição:** UNIUBE Uberlândia**Subtema:** CIÊNCIAS HUMANAS/CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**Palavras-chave:** Direito social à educação; Educação básica e educação em rede

Trabalho: Implicações do uso de Tecnologias Preditivas com base em Dados Pessoais**Nome:** Luiz Vitor evangelista da Silva**Grupo de trabalho:** CIÊNCIAS HUMANAS/CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Introdução: A expansão das tecnologias digitais baseadas na coleta massiva de dados, em algoritmos de personalização e em estratégias comportamentais persuasivas tem reconfigurado profundamente as relações de consumo. No ambiente digital, a tomada de decisão do consumidor passa a ser influenciada por arquiteturas de escolhas que operam sobre vieses cognitivos e processos decisórios inconscientes, tensionando os pressupostos clássicos do Direito do Consumidor, especialmente aqueles fundados na autonomia da vontade e na centralidade da informação como principal mecanismo de proteção. O presente trabalho tem por objetivo desenvolver um referencial conceitual próprio para o tratamento jurídico do neuroconsumo, compreendido como fenômeno marcado pela utilização de tecnologias persuasivas capazes de influenciar a tomada de decisão do consumidor. Busca-se, assim, contribuir para a sistematização do conceito no âmbito do Direito do Consumidor brasileiro e discutir sua relevância como instrumento de enfrentamento a práticas abusivas no consumo digital.

Métodos: A pesquisa adota abordagem qualitativa, teórico-analítica e interdisciplinar, articulando fundamentos do Direito do Consumidor, da economia comportamental, da neurociência aplicada ao consumo e da regulação digital. O método compreende revisão bibliográfica e documental sistematizada, seguida da construção analítica de categorias jurídicas voltadas à compreensão das vulnerabilidades informacionais e neurocognitivas intensificadas por arquiteturas digitais de escolha e mecanismos algorítmicos de persuasão.

Resultados: A análise evidencia que estratégias digitais de persuasão, ao explorarem assimetrias informacionais e vulnerabilidades cognitivas, contribuem para decisões financeiramente desvantajosas, como o consumo impulsivo e a contratação reiterada de crédito, favorecendo o superendividamento. O desenvolvimento de um referencial conceitual jurídico para o Neuroconsumo permite superar a fragmentação existente na literatura nacional, evidenciando os limites do modelo tradicional de proteção do consumidor e a insuficiência de categorias baseadas exclusivamente na racionalidade e no consentimento formal.

Conclusão: Conclui-se que a sistematização jurídica do Neuroconsumo amplia os horizontes teóricos do Direito do Consumidor ao incorporar a dimensão da vulnerabilidade neurocognitiva e da arquitetura de escolhas digitais. Tal abordagem oferece subsídios relevantes para a formulação de políticas públicas e para a atualização do marco normativo brasileiro, fortalecendo a proteção do consumidor diante de práticas abusivas sofisticadas no ambiente digital.

Curso: Direito**Demais autores:****Orientadores:** Keila Pacheco Ferreira**Instituição:** Universidade Federal de Uberlândia**Subtema:** CIÊNCIAS HUMANAS/CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**Palavras-chave:** Neuroconsumo;Direito do Consumidor;Tecnologias Preditivas;Vulnerabilidade Cognitiva;Arquitetura de Escolhas Digitais**Orgão Financiador:** PIBIC/CNPQ/UFU

Trabalho: A Flexibilidade como Critério Projetual na Produção de Habitação de Interesse Social**Nome:** Renan Neves**Grupo de trabalho:** CIÊNCIAS HUMANAS/CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Introdução: A urbanização acelerada no Brasil, a partir da década de 1940, gerou desafios significativos relacionados à moradia, pois a oferta habitacional não acompanhou o crescimento populacional urbano. Esse cenário resultou na proliferação de habitações precárias e, posteriormente, na consolidação de políticas públicas voltadas à Habitação de Interesse Social (HIS). Ao longo das últimas décadas, programas federais priorizaram a quantidade de unidades produzidas em detrimento da qualidade espacial e da adequação às transformações sociais contemporâneas, especialmente às novas configurações familiares e às demandas individuais de seus moradores.

Métodos: Diante desse contexto, torna-se fundamental que projetos de HIS incorporem princípios de flexibilidade e adaptabilidade, permitindo a evolução da moradia ao longo do tempo. Assim, esta pesquisa tem como objetivo desenvolver estudos analíticos de projetos de HIS que adotem a flexibilidade e a possibilidade evolutiva como diretrizes centrais de concepção.

Resultados: A metodologia baseia-se na seleção de parâmetros de flexibilidade arquitetônica consolidados na literatura especializada, os quais são utilizados como critérios para análise de estudos de caso.

Conclusão: Os resultados parciais indicam que os projetos analisados apresentam maior incidência de soluções relacionadas à ampliação evolutiva e à alteração de uso dos ambientes, enquanto estratégias de multifuncionalidade por meio de elementos adaptáveis, como mobiliário, divisórias e sistemas hidráulicos e elétricos flexíveis, ainda são pouco exploradas, configurando-se como potencial avanço para propostas futuras.

Curso: Arquitetura e Urbanismo**Demais autores:** Rodrigues, Livia Caroline da Silva**Orientadores:** Carolina Guida Cardoso do Carmo**Instituição:** Centro Universitário Padre Anchieta**Subtema:** CIÊNCIAS HUMANAS/CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**Palavras-chave:** Projeto; habitação de interesse social; moradia; flexibilidade

Trabalho: Aplicação da Andragogia no Desenvolvimento de Materiais Didáticos para Capacitação em Gestão Financeira de Profissionais da Saúde

Nome: Sarah Araújo Rocha

Grupo de trabalho: CIÊNCIAS HUMANAS/CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Introdução: Profissionais que gerem Micro e Pequenas Empresas (MPes) no setor da saúde exercem papel fundamental na oferta de serviços à população, porém frequentemente enfrentam dificuldades relacionadas à gestão financeira, uma vez que sua formação é predominantemente técnica e não administrativa. Essa lacuna pode resultar em desorganização financeira, decisões estratégicas inadequadas e comprometimento da sustentabilidade do negócio. Diante desse cenário, torna-se necessário desenvolver estratégias de capacitação que considerem as especificidades do público adulto, favorecendo uma aprendizagem mais efetiva e aplicável à prática profissional. O presente trabalho tem como objetivo desenvolver materiais didáticos e um plano de oficina para o ensino de gestão financeira a gestores da saúde, fundamentados nos princípios da Andragogia de Malcom Knowles.

Métodos: A metodologia adotada é aplicada e organizada em três etapas complementares. Inicialmente, realiza-se uma Revisão Bibliográfica Sistemática acerca dos fundamentos da Andragogia e sua aplicação na educação corporativa e na área da saúde, consolidando o referencial teórico do estudo. Em seguida, procede-se à análise e adaptação pedagógica de conteúdos técnicos de gestão financeira, transformando-os em diferentes formatos de aprendizagem, como apresentações visuais, infográficos e roteiros para vídeos explicativos. Por fim, elabora-se um plano detalhado de oficina de capacitação, estruturado com atividades interativas e estudos de caso, visando promover maior engajamento e retenção do conhecimento.

Resultados: Como resultado parcial, a revisão teórica já permitiu a consolidação dos princípios andragógicos que orientarão o desenvolvimento dos materiais. Espera-se que, até a realização do seminário, estejam concluídos o kit completo de recursos didáticos multimídia e o plano estruturado da oficina, contemplando objetivos, estratégias, recursos e formas de avaliação.

Conclusão: Conclui-se que a principal contribuição do estudo consiste na aplicação de uma teoria consolidada de aprendizagem para enfrentar um problema prático da gestão em saúde, propondo um modelo pedagógico capaz de tornar o ensino de finanças mais acessível, eficaz e replicável em iniciativas de educação profissional.

Curso: Administração

Demais autores: Resende, sabella Tizzo; Rodrigues, Lucas Gabriel; Ribeiro, Evellyn França

Orientadores: Eduardo Silva Gouvea

Instituição: UNIUBE

Subtema: CIÊNCIAS HUMANAS/CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Palavras-chave: Andragogia;Educação de Adultos;Materiais Didáticos;Capacitação Profissional;Gestão em Saúde

Trabalho: Descanso na Era da Produtividade: Uma Análise a partir de Byung-Chul Han**Nome:** Suzana Evangelista Maciel Silva**Grupo de trabalho:** CIÊNCIAS HUMANAS/CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Introdução: A sociedade contemporânea é marcada pela intensificação da lógica produtivista e pela aceleração do tempo, impactando diretamente a forma como o descanso é vivido. A partir das contribuições de Byung-Chul Han, especialmente na obra *Sociedade do Cansaço*, observa-se a constituição de um sujeito orientado pela autoexploração e pelo desempenho contínuo, no qual o descanso tende a ser esvaziado de seu sentido de pausa e passa a operar como instrumento funcional à produtividade. Analisar o fenômeno do descanso na sociedade do desempenho, investigando como ele é resignificado na contemporaneidade e quais implicações essa transformação produz na experiência subjetiva, buscando compreender caminhos saída da dinâmica de autoexploração.

Métodos: Trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter teórico, baseada em revisão bibliográfica e elaboração de estado do conhecimento. O levantamento foi realizado em bases como o Portal de Periódicos CAPES, com descritores relacionados a descanso, cansaço e produtividade. O estado do conhecimento permitiu mapear a produção científica sobre o tema, identificando recorrências e lacunas. Paralelamente, foi realizada a análise da obra *Sociedade do Cansaço*, de Byung-Chul Han.

Resultados: O estado do conhecimento evidenciou que o descanso raramente aparece como objeto central de investigação, sendo frequentemente abordado de forma subordinada a temas como produtividade, burnout e saúde mental. Tal levantamento permitiu identificar lacunas no campo da psicologia quanto à compreensão do descanso em sua dimensão própria. A análise da obra de Byung-Chul Han indica que, na sociedade do desempenho, o sujeito internaliza a lógica produtiva, transformando o descanso em um meio de recuperação para continuar produzindo, o que contribui para o esgotamento psíquico. A partir dos resultados, observa-se que o conceito de cansaço em Byung-Chul Han permite problematizar a forma como o descanso é capturado pela lógica produtiva. O autor evidencia que o excesso de positividade e desempenho leva à autoexploração, dificultando a experiência de pausa efetiva. Nesse sentido, discutir o descanso implica questionar as condições contemporâneas que inviabilizam sua vivência, bem como refletir sobre possibilidades de resignificação que não estejam orientadas exclusivamente pela produtividade.

Conclusão: Conclui-se que o descanso, na sociedade contemporânea, encontra-se amplamente instrumentalizado, perdendo sua dimensão de pausa significativa. O estudo evidencia lacunas na literatura e aponta a relevância de aprofundar a investigação sobre o descanso como experiência subjetiva, contribuindo para o campo da psicologia e para a reflexão sobre alternativas frente ao adoecimento psíquico contemporâneo.

Curso: Psicologia**Demais autores:****Orientadores:** Thiago Reis**Instituição:** Uniuibe**Subtema:** CIÊNCIAS HUMANAS/CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**Palavras-chave:** Descanso; Sociedade do desempenho; Cansaço**Orgão Financiador:** PIBIC UNIUBE

Trabalho: Aplicação das teorias dos diálogos institucionais no Brasil: ADPF 635 Diálogo dentro do processo estrutural

Nome: Vitória Oliveira Côrtes

Grupo de trabalho: CIÊNCIAS HUMANAS/CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Introdução: No presente trabalho, pretende-se demonstrar a aplicação das teorias dos diálogos institucionais no processo brasileiro, de forma mais específica dentro do recurso extraordinário, trazendo tema sensível, de relevante valor moral e grande complexidade.

Métodos: Analisando-se através dos métodos bibliográfico e dedutivo, as interações entre poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, além de outras instituições, pela ótica das citadas teorias, a técnica processual e prática de decisão na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 635, conhecida e citada na mídia recorrentemente como 'ADPF Das Favelas', onde devido a natureza dos direitos constitucionais violados e a magnitude da questão, que envolvendo uma parcela considerada vulnerável da sociedade, exige-se tutela flexível do judiciário, e trabalho prolongado em cooperação com os demais poderes e instituições, podendo haver possível insuficiência material da utilização de técnicas de decisão convencionais.

Resultados: O processo estrutural tem como objetivo encontrar soluções criativas para questões amplas, meta individuais ou individuais homogêneas, geralmente enraizadas de forma profundas nas instituições e sociedade, que acabam provocando violações recorrentes a garantias constitucionais.

Conclusão: Através da elaboração de planos de reestruturação, com a colaboração de diversos entes do poder público, o que pode inclusive gerar maior legitimidade, objetiva-se alcançar maior efetividade na aplicação de fato da jurisdição constitucional, em questões de direitos.

Curso: Direito

Demais autores:

Orientadores: Ruan Espíndola Ferreira

Instituição: UNIUBE

Subtema: CIÊNCIAS HUMANAS/CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Palavras-chave: Teorias dos diálogos institucionais;Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental;Cooperação;Meta Individual;Individual Homogêneas;Processo Estrutural